

Digitalizado pela Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
Disponível em <http://www.etnolinguistica.org/index:edelweiss>

FREDERICO G. EDELWEISS

//

ESTUDOS
TUPIS E TUPI-GUARANIS
CONFRONTOS E REVISÕES

LIVRARIA BRASILIANA EDITORA
RIO DE JANEIRO
1969

É à suposição generalizada de ser o *Dpb.* um léxico do tupi original, que se deve atribuir o desabafo público de um mestre guarani ao dizer-nos, que o tupi é um dialeto tupi-guarani mal ouvido e pior representado.

De fato, poucos ainda se capacitaram de que o *Dpb.* apresenta o léxico de um dialeto tupi de mestiços, como era falado no Norte quase duzentos anos após a vinda dos primeiros jesuítas, por uma população, que se diferenciava dos tupis de 1549 por longa série de mestiçagens e aculturações. Ao lado desses fatos devemos levar em conta, que o brasileiro se desenvolveu numa região, onde predominavam os tupinambás, cujos dialetos se distinguiam do tupi unificado por certas peculiaridades, que ressaltamos alhures⁽⁵⁴⁾.

Em conclusão, sendo a *língua-geral*, que nos apresenta o *Dpb.* bem mais recente do que a do catecismo de Bettendorff, a sua confecção não deve ser anterior à época sugerida pelo verbebo *anil*, isto é à terceira década do século dezoito.

Ao código 69 cabe a mesma classificação atribuída ao *Dpb.* e ambos são intimamente relacionados. O *Dlg.* 69 é mais pobre do que o *Dpb.* A maioria dos seus verbetes é idêntica em ambos, mas, como em cada qual haja certo número, que falta no outro, não é provável, que qualquer deles seja o original. Ao contrário, é de supor, que, tanto um como outro, representem o desenvolvimento independente de resenha anterior desconhecida. O capítulo do advérbio, presente também, com certas alterações, no manuscrito de onde foi extraído o *Dpb.*, sugere a mesma conclusão.

Com isso não queremos negar que certas achegas provenham de áreas diferentes⁽⁵⁵⁾ e que a época da sua composição definitiva possa diferir algum tanto.

⁽⁵⁴⁾ — No capítulo *Em Linguística, Tupinambá não é Sinônimo de Tupi*.

⁽⁵⁵⁾ — Veja o capítulo *O Anil no Léxico Tupi*.

VII

O "ANIL" NO LÉXICO TUPI

I. ESBÔÇO HISTÓRICO DO ANIL NO BRASIL

É da Índia, que a Europa recebeu o primeiro anil e do Oriente também lhe veio, mais tarde, o nome português, que encontramos na literatura científica desde Garcia de Orta, em 1563.

No Brasil, onde existem indigóferas nativas, a extração do anil era desconhecida dos indígenas.

Por outro lado, não interessava, inicialmente, à corte portuguesa e muito menos à espanhola criar um concorrente ao anil da Índia, em detrimento de outros gêneros americanos mais necessários.

Por esses motivos não encontramos referências ao anil no tratado minucioso de Gabriel Soares, como não o mencionam Fernão Cardim, frei Vicente do Salvador, ou mesmo Simão de Vasconcelos, que, recorrendo embora à ciência de Marcgrave, conservou-se um tanto alheio dos conhecimentos puramente botânicos.

Foi preciso que viesse a Restauração e Portugal sentisse melhor o peso crescente do monopólio da Companhia Inglesa das Índias Orientais, para serem permitidas no Brasil as sementeiras de indigueiros, "em terras impróprias à lavoura da cana de açúcar"⁽¹⁾. Essa permissão era, aliás, dispensável, pois abundavam indigóferas nativas, conforme atestam Jorge Marcgrave⁽²⁾ e Maurício de Heriarte⁽³⁾, mas o seu cultivo inten-

⁽¹⁾ — Provisão do Conselho Ultramarino, de 24 de abril de 1642; apud: Pizarro — *Memórias Históricas* etc. vol. II. p. 147.

⁽²⁾ — *História das Plantas*; livro II. cap. I. pp. 57-59.

⁽³⁾ — *Descrição do Estado do Maranhão*, no ano de 1662; Viena, 1874; p. 69.

sivo requeria trabalho estafante, no dizer do pe. João de Souza Ferreira⁽⁴⁾.

O pe. Bettendorff, testemunha presencial do início da fabricação do anil, relata os primeiros ensaios da sua cultura e extração⁽⁵⁾, que se devem ao governador do Maranhão, Pero Cesar de Menezes. Este, durante a sua gestão, de 1673-1677, fez duas tentativas com um técnico anileiro e uns 50 escravos vindos de Angola.

O rendimento diminuto e os argumentos do pe. Bettendorff desenganaram o governador, cujo insucesso residira na má escolha do sítio.

Com o abandono do projeto e a retirada do mestre anileiro, a maior dificuldade para uma nova tentativa já não era a escolha do sítio para a plantação, mas a extração da matéria corante, dependente de conhecimentos técnicos então ignorados entre nós.

Pouco adiantaria, assim, a nova provisão do Conselho Ultramarino, de 30 de março de 1680, concedendo isenção de direitos ao anil inexistente e, ainda mesmo a carta régia, de 24 de novembro de 1711, dirigida ao governador do Maranhão, na qual se recomendava a máxima diligência por "afeiçãoar alguém à sua fabricação"⁽⁶⁾, quando, por fim, na côrte se convenceram, de que a indústria do anil continuava, no Brasil, à espera de quem a iniciasse. Mas, a solução do problema exigia algo mais do que simples boa vontade, mesmo de lado a lado.

Ao que ainda nos informa Alexandre Rodrigues Ferreira⁽⁷⁾, só pelo ano de 1728 se deu princípio à primeira fábrica de anil, no rio Tocantins, pela diligência de alguns moradores do Pará, associados a dois homens de negócio, do Reino. Estes últimos contrataram três mestres franceses para início racional dessa indústria extrativa.

(4) — "Anil é o primeiro que renasce nos matos que se cortam; mas, como estes pulam por cima d'ele com mais violência e não há campinas de natureza por onde se semeie, é a razão por que se não beneficia". *América Abreviada*; in: Rev. Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro; tomo 57; parte I. p. 48.

(5) — Bettendorff, João Filipe —; *Crônica*, etc. Rev. Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro; tomo 72, parte I. pp. 291-92 e 296.

(6) — Ferreira, Alexandre Rodrigues —; *Diário da Viagem Filosófica*; Rev. Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro; tomo 48; parte I. p. 115.

(7) — *Idem*; *ibidem*; pp. 110, 111 e 113.

Compare o verbete anil, em Cesar Augusto Marques — *Apostamentos para o Dicionário Hist. Geogr. etc. do Maranhão*; Maranhão, 1864.

Com enorme dispêndio, a sociedade conseguiu extrair poucas arrobas no espaço de cinco anos, após os quais, tendo-lhe morrido os mestres, ela se dissolveu com prejuízo quase total. Ficaria ao menos a experiência dos auxiliares no malogrado empreendimento.

Sabemos hoje, por Bettendorff, que este fôra precedido por dois outros ensaios, cuja repercussão, se a tiveram, deve ter sido fugaz. É significativo, que Bluteau, até 1725, não teve notícia de anil brasileiro, ou mesmo americano.

Do que não podemos duvidar é que outras tentativas se lhes seguiram, pois o pe. João Daniel, que viveu no Amazonas de 1741 a 1757, trata do anil no seu *Tesouro do Máximo Rio Amazonas*⁽⁸⁾.

Porém, somente na segunda metade do século dezoito, a extração do anil tomou algum alento, seja no Amazonas⁽⁹⁾, ou no Cabo Frio⁽¹⁰⁾ e em algumas outras regiões⁽¹¹⁾, principalmente a insistências do govêrno, que, finalmente, havia remetido as instruções técnicas para o seu fabrico.

Infelizmente, o entusiasmo não devia alcançar o ano de 1800. A produção do anil era por demais trabalhosa, e a qualidade dependia inteiramente de uma série de cuidados meticolosos, que não se podia confiar à displicência dos trabalhadores ignaros disponíveis. A concorrência indiana a preço baixo seria outro estôrvo não menor.

Em resumo, anileiras nativas foram notadas por Marcgrave, no Nordeste; por Heriarte e Souza Ferreira, na Amazônia, no correr do século dezessete. Por este último e pela carta régia de 24 de novembro de 1711 sabemos também, que, por motivos vários e a despeito das tentativas de Pero Cesar de Menezes e das insistências governamentais, ainda não se havia começado o seu aproveitamento industrial em escala ponderável na primeira década do século dezoito.

(8) — *Parte III; Tratado Último*; cap. I. conforme se vê pelo índice da obra, publicado por Varnhagen, na Rev. Inst. Hist. e Geogr. vol. II. p. 325.

(9) — Baena, Antônio L. M. —; *Compêndio das Eras da Província do Pará*; p. 361.

Ferreira, Alexandre Rodrigues —; *Viagem Filosófica*; — Rev. Inst. Hist. e Geogr. tomo 48; parte I. pp. 111-121 e tomo 51, parte I. pp. 124-125.

(10) — *Memória Histórica da Cidade do Cabo Frio*; Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro; tomo 46, I.ª parte, p. 219.

(11) — *Produtos Exportados da Cidade do Rio de Janeiro no ano de 1796*. — *Ibidem*; p. 199.

II. A DENOMINAÇÃO TUPI DO ANIL

Os nossos índios não conheciam o anil; mas, quando os portugueses começaram a fabricá-lo no Brasil, os tupis batizaram-no a seu modo e assim aparece em vocabulários da época⁽¹²⁾, não antes de 1675, o verbete

kaá-oby — anil.

de *kaá* — *fólha, planta* e *oby* — *azul, verde*.

Traduzido, pois, literalmente pelos mesmos léxicos, o termo tupi significaria *planta azul* ou *planta verde* (!), o que nos deve deixar um tanto perplexos. O índio, exímio observador, ao dar o nome de *kaá-oby* ao *anil*, não poderia ter em mente, nem *planta verde*, que não diferenciaria as indigóferas da maioria das outras plantas, e, muito menos *planta azul*, o que não corresponderia à verdade.

De fato, a tradução feita pelas resumidas definições do *Vpb.* claudica por já não dar o sentido inicial dos adjetivos. Encontramo-lo, entretanto, no *Vlb.* dos jesuítas. Ali, o verbete *azul* ainda mostra claramente que *oby* pertencia a duas classes gramaticais: a dos substantivos e a dos adjetivos. Como substantivo é concreto e significa qualquer *cousa azul*. Foi certamente este o alcance inicial da palavra⁽¹³⁾.

Aos poucos, principalmente em contato com a civilização, o sentido adjetival do termo acabou preponderando, sem, entretanto, penetrar muito fundo na mentalidade indígena, como verificamos na designação tupi para anil, onde a despeito de datar do início do século dezoito, ainda prevalece o sentido concreto, a ser compreendido — como segue:

kaá — *fólha, planta, mato*;

oby (s-, r-) *cousa azul, côr azul, azul*;

ou ainda:

cousa verde, côr verde, verde.

(12) — No tupi não há inicialmente vocábulos distintos para *azul* e *verde*. Aliás, a confusão de certos matizes azuis e verdes é compreensível e freqüente, mesmo entre civilizados, pois as duas côres se fundem na gama cromática. Na vida prática do índio seriam raros os mal-entendidos ocasionados pelo termo único para as duas côres.

Quando a distinção se tornava indispensável, o tupi recorria a particularizações, como:

oby mandisoba — verde-fólha de mandioca;

oby-unbyryba — azul tirante a preto, azul escuro, etc.

Não sabemos onde Cesar Augusto Marques, *op. cit.* colheu o termo *cahaçu*, denominação que nenhuma tribo tupi daria, por contrária aos cânones dos seus dialetos. *Kaá* exige *guasú*.

Nesta definição, o primeiro sentido de ambos os termos é substantival, e, como num composto formado de dois substantivos tupis, o primeiro assume mais comumente a função correspondente ao adjunto preposicionado, em português⁽¹⁴⁾, a combinação *kaá-oby* nos dará o seguinte sentido:

kaá — de *fólha(s)*, de *planta(s)*,

oby — *cousa azul*,

ou seja *cousa* (= *resíduo*) *azul* (procedente) *de fólhas ou plantas*, a indicação mais simplista da procedência do anil.

Não será preciso frisar, que, assim sendo, a designação tupi foi o resultado da observação direta e, como tal, necessariamente precedida pela fabricação do anil, com ajuda, ou ao menos à vista dos índios.

Isto pôsto, podemos afirmar, que, embora se assinalassem indigóferas brasileiras desde a quarta década do século dezesete, nenhum léxico tupi, contendo o verbete *kaá-oby* ou seu equivalente, pode ser anterior à extração do anil entre nós, porque a palavra tupi pressupõe a visão do processo do seu fabrico.

Estão neste caso o vocabulário da *Crestomatia da Língua Brasileira*⁽¹⁵⁾, reproduzido pela Universidade de São Paulo⁽¹⁶⁾; o *Dicionário Português e Brasileiro*⁽¹⁷⁾ e o vocabulário contido na *Poranduba Maranhense*⁽¹⁸⁾.

Dêstes, para quem quiser ser preciso, apenas o primeiro ainda merece o título de vocabulário tupi, não obstante conter, além das peculiaridades do tupinambá setentrional, indícios muitos claros da fase de transição inicial a que pertence. É o único em que se encontra a forma correta *kaá-oby*.

(13) — Compare o que a êsse respeito diz *Otto Jespersen* — *The Philosophy of Grammar*; Cap. V. pp. 72-81.

(14) — O *genitivo* na terminologia latina dos jesuítas.

(15) — Publicado por Ernesto Ferreira França, em Lípsia, 1859.

(16) — Faculdade de Filosofia, Boletim n.º 135; São Paulo, 1951; transcrito e ordenado por Plínio Ayrosa, com o título de *Vocabulário Português-Brasílico*.

(17) — Lisboa, 1795. — Foi chamado *Dicionário Anônimo* por Júlio Platzmann, que o publicou com o exato reverso *Brasílico-Português*; Lípsia, 1896. Foi novamente reproduzido no vol. 18 da *Revista do Museu Paulista*, 1934.

(18) — *Dicionário Abreviado Tupinambá-Português*, que vem apenso à *Poranduba Maranhense*, de frei Francisco de N. S. dos Prazeres; na: *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro*; tomo 54; parte I. pp. 185-277.

Os outros dois, espúrios representantes do falar da população mestiça, ou indígena em franco processo de aculturação, trazem *kaá-yby*⁽¹⁹⁾ e *kaá-iby*⁽²⁰⁾. Escritas dessa forma traduzem-se por *terra (pó) de planta*, e pàlidamente podem lembrar a consistência e o aspecto do anil. Mas, é mais provável termos aí a palavra *oby*, estropiada por troca da primeira vogal em *y* e *i*, devido a fatores difíceis de identificar⁽²¹⁾. Tudo é possível nos vocabulários *brasilianos*, em que o mesmo adjetivo tupi, quando aparece isolado, toma a forma de *sugûy* para traduzir *azul*!

A primeira vista poderia parecer, que se trate aí da palavra *ugûy* (s-, r-) — *sangue*; mas, não havendo para o índio e mesmo para o mestiço nenhuma conexão entre *azul* e *sangue*, *sugûy* representa muito mais naturalmente o desenvolvimento fonético seguinte: *soby* > *soûy* > *suûy* > *sugûy*, que se traduzem por (*êlé*) é *azul*, conforme ao que temos no códice n.º 81, onde *anil* se traduz por *kaá-ugûy*^(21a).

Vemos aí num exemplo isolado como, ainda em tempos bem chegados aos nossos dias, foi árdua a tarefa dos nossos tupinistas, que hauriam a sua sabedoria de semelhantes mananciais.

Voltemos, porém, da nossa digressão léxica à cronologia para a conclusão, que se nos impõe.

Se, como vimos, o nome tupi do *anil*, *kaá-oby* — *cousa (resíduo) azul de planta*, pressupõe o conhecimento prático da sua fabricação, que, declaradamente era desconhecida entre nós, na última década do século dezessete; se, em 1711, o governo português pediu ao governador do Maranhão, que convencesse alguém de iniciar a extração do anil; se, finalmente, em 1728, se fundou com técnicos francêses o primeiro estabelecimento fabril de anil, o termo *kaá-oby*, que só encontramos na literatura depois de 1750⁽²²⁾, não se pode ter generalizado a ponto de figurar em vocabulários antes da terceira década do século dezoito.

Portanto, se nos basearmos exclusivamente no verbete *anil* do *Vpb.* (a não ser que tenha sido incluído por acréscimo) e no referido histórico da indústria anileira inicial, seria imperdoá-

(19) — *Dic. Português e Brasileiro*;

(20) — *Vocabulário da Poranduba Maranhense*.

(21) — Compare a nota 6 do cap. *Estudos Comparativos dos léxicos tupis e brasilianos*; III. Parte, cap. I.

(21a) — Veja o capítulo respectivo.

(22) — Por exemplo em: *Eckart, pe. Anselmo* —; *Zusätze zu Pedro Cudena's* (aliás *Cadena's*) *Beschreibung* etc. em: *Chr. G. von Murr* — *Reisen einiger Missionarien* etc; Nuremberga, 1785; p. 529.

vel afoiteza o recuarmos a confecção de qualquer dos três vocabulários setentrionais citados para época anterior, por mais denegridas pelo manuseio se apresentem as páginas dos manuscritos e a despeito de certos arcaísmos nêles arrolados. Nenhum desses dois aspectos constitui prova de vetustez num léxico.

O mesmo vale para *kaá-ũ*, a denominação do *anil* no códice 69 da Universidade de Coimbra e que, como substantivo composto, se traduz por *cousa escura (preta) de planta*⁽²³⁾. O termo surgiu na ilha de Marajó e não se generalizou, segundo afirma o autor desse vocabulário⁽²⁴⁾.

(23) — O termo *ũ* é apócope de *una* — *preto, escuro* e a composição de *kaá-ũ* obedece à norma indicada acima para *kaá-oby*.

(24) — Veja, no comentário que tecemos em torno a êsse códice, a parte que diz respeito ao vocabulário.